

## SELEÇÃO DE *CORPORA*: GÊNEROS TEXTUAIS COMO AMBIENTES QUE EXERCEM INFLUÊNCIA NO EMPREGO DE FORMAS GRAMATICALIZADAS

Laura Camisassa Rodrigues LOBATO  
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: A comunicação verbal se dá invariavelmente através de gêneros textuais, formas historicamente tipificadas de ação linguística. Por ser sócio-historicamente definido, o gênero carrega em si um ambiente que direciona as escolhas linguísticas dos falantes: assim, os textos são produzidos em acordo com questões pragmáticas. Como a verificação empírica de processos de mudança na língua e, mais especificamente, do fenômeno da gramaticalização, é realizada com base na análise de *corpora*, este trabalho pretende frisar a importância do rigor na constituição de um *corpus* para a pesquisa linguística. A seleção de textos para estudos tanto diacrônicos quanto sincrônicos deve observar, antes de qualquer outro aspecto, a que gêneros pertencem esses textos e quais as características do gênero em cada época pesquisada.

PALAVRAS-CHAVE: gramaticalização; gêneros textuais; *corpus*; mudança linguística.

ABSTRACT: Verbal communication takes place invariably through text genre, structures that are historically typified linguistic actions. Because of its sociohistorical determination, genre itself carries an environment that directs the speaker's linguistic choices so that the texts are produced according to pragmatic issues. As empirical verification of language change and, more specifically, grammaticalization processes, is accomplished based on *corpora* analysis, the aim of this paper is to highlight the importance of strictness while collecting *corpus* for linguistic research. Text selection, not only for diachronic studies but for synchronic ones as well, must observe, first of any other aspects, which genre those texts belong to and what the genre characteristics in each period of time of the research would be.

KEY WORDS: grammaticalization; genre; *corpus*; language change.

## 1 A MUDANÇA LINGÜÍSTICA COMO RESULTADO DE PRÁTICAS SOCIAIS

As línguas naturais não são sistemas encerrados em si mesmos, meramente constituídos por estruturas abstratas regidas por normas internas. A verdadeira natureza da linguagem – e, conseqüentemente, da língua – não está apenas em sua forma, mas também em sua função primordial: a comunicação. Segundo Mikhail Bakhtin (1988, p.127), a língua pressupõe um ininterrupto processo evolutivo “que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*<sup>1</sup>”.

A interação verbal é um fenômeno social, já que os interlocutores obrigatoriamente se inserem em determinados contextos dentro de uma sociedade. Sendo assim, para que a comunicação seja possível, é forçoso que os indivíduos compartilhem de semelhantes habilidades enunciativas, decisivas na escolha do conteúdo, da forma e do estilo mais adequados a cada situação. Essas escolhas, embora aparentemente individuais, são pautadas sócio-historicamente, com base nas relações sociais, seguindo tradições e costumes e sendo, portanto, culturalmente influenciadas. As línguas se organizam *para a enunciação* e são, simultaneamente, organizadas *por ela*. Pode-se compreender, então, a língua não como um sistema, mas como sistematização, devido a seu constante movimento de (re)ajuste.

É sabido que as línguas passam por constantes processos de mudança. Esses processos acompanham as mudanças sociais, e se desenvolvem de maneira gradual no decorrer das interações lingüísticas entre os usuários de uma língua.

Para que uma mudança se estabeleça, fixando uma nova forma

<sup>1</sup> Grifo do autor.

em detrimento de outra mais antiga, deve haver, necessariamente, um processo de variação, isto é, a coexistência de duas ou mais formas que expressem uma mesma intenção semântica. A variação pode ser de cunho sintático, semântico, fonético etc., atingindo desde morfemas, palavras e expressões até unidades mais complexas, como as estruturas oracionais de uma língua. Após um período de convivência, uma das formas – tanto a inovadora quanto a antiga – pode vencer a disputa, implicando o desuso de sua concorrente. No caso de a vitoriosa ser a forma mais nova, há a consolidação da mudança. É o real uso da língua, no decorrer das práticas sociais, que determina sua forma.

Diante de duas – ou mais – variantes (formas concorrentes), é comum que os falantes estabeleçam juízos de valor a serem levados em consideração no momento da comunicação. Em determinados contextos discursivos, formas estigmatizadas são evitadas em favor das que gozam de maior prestígio. Por detrás desse julgamento, reside o caráter conflituoso da vida em sociedade: o grupo de indivíduos que detêm o poder impõe sua conduta lingüística aos outros, decidindo quais usos farão parte da *norma* e quais serão marginalizados.

É importante ressaltar que a co-ocorrência de variantes, apesar de representar papel central no processo de mudança, não acarreta obrigatoriamente a mudança, ou seja, pode ocorrer variação sem que as formas antigas sejam extintas. De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006<sup>2</sup>, p.126), “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade”.

## 2 GRAMATICALIZAÇÃO

Há diversos processos de mudança atuando incessantemente sobre uma língua. Um deles é o fenômeno da gramaticalização, que

<sup>2</sup> Tradução de Marcos Bagno (2006).

pode ser analisado sob dois pontos de vista. O primeiro se ocupa dos aspectos formais (internos) da mudança, isto é, desconsidera os fatores extralingüísticos e focaliza seus esforços em indicar como determinado item se caracterizava antes e como o mesmo item se apresenta ao longo de cada estágio da mudança. Às causas e contextos externos não é dado maior destaque, importando mais ao estudioso o resultado do processo.

O segundo ponto de vista privilegia as características funcionais do trajeto que leva à mudança. Esse viés considera os fatores sociais, históricos e culturais em que o processo está inserido, enfatizando a relação entre o percurso de um item até a sua recategorização e o jogo interacional que serve como pano de fundo para o desenrolar deste percurso.

Castilho (1997) define gramaticalização como:

[...] o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema. Esse trajeto se dá tanto no tempo real quanto no tempo aparente. Num sentido mais amplo, a gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas, aí incluídas a percepção do mundo pelas diferentes culturas, o processo da informação, etc. (CASTILHO, 1997, p. 31).

Mendes (1999, f.10) traz uma definição básica do processo: “[...] entende-se por gramaticalização, basicamente, a transição por que passa um item ao deixar de ser parte do Léxico para fazer parte do sistema gramatical”. Em Hopper & Traugott *apud* Vitral (1996, p.117), a gramaticalização é esquematizada da seguinte forma:

Item lexical > item gramatical > clítico > afixo

Na primeira etapa, o item é recategorizado, assumindo características distintas das originais. Na segunda, o termo perde sua

autonomia<sup>3</sup>, sofrendo cliticização e passando, portanto, a depender sintaticamente das palavras “vizinhas”. Na terceira etapa, o item é afixado, acoplado a outro item, passando a fazer parte deste e, conseqüentemente, desaparecendo como item do léxico.

Apesar de meramente convencional, o esquema acima deixa claro que a gramaticalização ocorre gradualmente, em etapas, muito embora seja impossível precisar os limites de cada uma. O que se observa, ainda, nas línguas naturais, é que nem todos os itens percorrem todo o caminho da gramaticalização. Segundo Lehmann (1982, p.14): “[...] it is not essential to grammaticalization theory that every element affected by grammaticalization enter the process at the start and leave it at the end [...]. On the contrary, this is certainly the rarest case”<sup>4</sup>.

Outro ponto importante sobre a gramaticalização é que ela constitui uma maneira bastante particular de mudança lingüística. Além da troca de um termo por outro, a mudança pressupõe a variação, ou seja, a concorrência de duas ou mais variantes de mesmo valor semântico. Isso não se observa na gramaticalização. Pelo contrário, as formas coexistem com valores distintos, cada uma ocupando um grau na escala da gramaticalidade, sem que haja necessariamente uma concorrência e o posterior desaparecimento de uma delas. Todavia, em estágios mais avançados do processo, pode haver não apenas a concorrência, mas também a eliminação de um item originalmente lexical e autônomo. Aí, sim, pode-se falar em mudança, em sua concepção tradicional.

<sup>3</sup> Em seu artigo “L'évolution des formes grammaticales”, publicado em 1912, Antoine Meillet *apud* Lehmann (1982, p.4) inaugura o termo gramaticalização e o utiliza exatamente para indicar a perda de autonomia de uma palavra: “[...] attribution du caractère grammatical à un mot jadis autonome”. “[...] atribuição de caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma” (tradução nossa).

<sup>4</sup> “[...] não é essencial à teoria da gramaticalização que todo elemento afetado pela gramaticalização entre no processo no início e o deixe no fim [...]. Pelo contrário, este é certamente o caso mais raro” (tradução nossa).

Os itens lexicais ou discursivos são aqueles que trazem o conteúdo semântico do discurso, ou seja, aqueles que possuem significado, designando entidades, ações, qualidades, etc. São mais concretos e mais autônomos<sup>5</sup>. Comportam as categorias dos nomes, adjetivos, verbos, advérbios e algumas preposições. Durante a gramaticalização, esses itens vão assumindo novas funções sintáticas, discursivo-textuais e conversacionais.

Os itens gramaticais ou funcionais organizam o léxico no discurso tendo, como parâmetro, regras gramaticais. São mais abstratos. Englobam as flexões, os determinantes (artigos, pronomes demonstrativos, numerais, etc.), os verbos auxiliares, as negações, e os complementadores (que incluem as conjunções declarativa, interrogativa, subordinante). Quanto mais gramatical é um item, mais previsíveis e regulares serão as suas posições nas sentenças.

Segundo Martelotta, Votre e Cezario (1996, p.45), a gramaticalização “[...] leva itens lexicais e construções sintáticas a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas”.

Como exemplo do processo, tomemos o verbo *ter*, que é discutido em Vitral (2006). De acordo com a pesquisa, *ter*, originalmente um verbo pleno que indicava posse, passa a apresentar também uma função mais gramatical, de verbo auxiliar. Assim, o Português atual conta com dois usos distintos de *ter*, com diferentes valores de sentido:

Ele tem um carro novo.    X    Ele tem comprado bugingangas.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> De acordo com o pensamento de Lehmann (1982, p.121), para se medir o grau de gramaticalização de um item, deve-se medir seu grau de autonomia. Para tanto, o autor estabelece três principais aspectos indicadores de autonomia: peso, coesão e variabilidade (weight, cohesion, variability). Ele propõe, além disso, que se utilizem esses aspectos dentro dos quadros paradigmático e sintagmático.

<sup>6</sup> Exemplos retirados de VITRAL (2006, p. 154).

Pode-se observar, também, que a gramaticalização consiste em um processo metafórico e metonímico. Metafórico porque o processo é baseado na “abstratização”, pela qual conceitos **concretos** ganham um *status* mais abstrato para expressar conceitos **abstratos**. Metonímico porque, à medida que estes novos usos são estabelecidos dentro de contextos lingüísticos, o usuário é levado a uma ressemantização (reinterpretação) do item, de forma a enquadrá-lo em um novo campo de significação.

Comentemos rapidamente alguns traços marcantes do fenômeno da gramaticalização, também citados por Mendes (1999, f.10):

- é um processo predominantemente diacrônico, apesar de ser percebido também em recortes sincrônicos de uma língua, na medida em que diferentes usos de um mesmo item se desenvolvem e convivem em um mesmo período<sup>7</sup>;
- diz respeito principalmente à morfologia, por envolver categorias de palavras, mas não impede modificações em outros níveis, como reduções fonológicas;
- apresenta caráter unidirecional. A gramaticalização tem a tendência de seguir sempre o sentido do “menos gramatical” e “menos abstrato” ao “mais gramatical” e “mais abstrato”.

Cabe aqui a observação de que há graus de gramaticalização. Portanto, não se pode afirmar que um item lexical não possui propriedades gramaticais antes do processo. Conforme Castilho (1997, p.32), mesmo fora do enunciado todo item possui propriedades lingüísticas (gramaticais, discursivas e semânticas) que os integram nas diferentes classes. O que ocorre na verdade, durante o processo,

<sup>7</sup> Parece não haver um acordo entre os teóricos quanto ao viés mais adequado para se tratar a gramaticalização (diacronia X sincronia). Castilho (1997, p.26-27) considera que o processo pode ser tomado por ambas as dimensões.

é uma recategorização, isto é, um reforço dos traços gramaticais de um item, que passa de um grau *menos* para outro *mais* gramatical. Traços semânticos do item original podem, inclusive, permanecer na nova forma.

Algumas classes lexicais são mais passíveis do que outras de terem seus itens gramaticalizados, pois há fatores condicionantes e restritivos ao processo, como, por exemplo, a frequência. Formas muito usadas se apresentam mais gramaticalizáveis. Outro fator condicionante à gramaticalização é o ambiente semântico em que se encontram as formas. É deste último fator que surgem as raízes da questão discutida neste ensaio.

### 3 A COLETA DE *CORPORA* PARA A AVERIGUAÇÃO DO FENÔMENO DA GRAMATICALIZAÇÃO

Para que se considere que determinado item está em processo de gramaticalização, é necessário adotar procedimentos que explicitem o comportamento e as características do item em suas funções *mais* lexicais e *mais* gramaticais ao longo do processo. Deve-se recorrer a recursos confiáveis para uma análise quantitativa que compare a ocorrência dos itens em suas diferentes funções – observação crucial para a detecção e confirmação de uma gramaticalização em processo. De acordo com Vitral (2006, p. 155), esta comparação entre as frequências representa o “[...] instrumento decisivo que nos permite afirmar estar em curso um processo de gramaticalização”.

De fato, uma análise rigorosa das frequências pode indicar numericamente que a ocorrência de um termo em processo de gramaticalização aumenta e, principalmente, que seu uso com funções gramaticais é mais frequentemente observado do que com funções lexicais. Com base na diretriz da análise quantitativa da frequência, fica a questão da seleção dos *corpora*, pois é em cima desse material que se aplicam os critérios propostos pela metodologia.

Uma breve definição de *corpora* pode ser encontrada em Sardinha (2004, p.3): “[...] conjuntos de dados lingüísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística”.

O autor ressalta que um *corpus* deve ser preparado de acordo com os objetivos de um estudo, mas que deve ter seus dados produzidos de forma autêntica, a partir de textos naturais:

Textos naturais são aqueles que existem na linguagem e que não foram criados com o propósito de figurarem no corpus. Além disso, amplia-se a idéia de natural para incluir somente aqueles textos produzidos por humanos. Dessa forma está excluída a produção provinda de programas de geração de textos (SARDINHA, 2004, p.16).

Como a gramaticalização ocorre de maneira lenta e gradual, pode-se adotar uma postura diacrônica diante do fenômeno. Dentro dessa perspectiva, o adequado estudo de um (possível) processo de gramaticalização tem base na observação e comparação entre *corpora* de diferentes períodos históricos, pois somente a partir desse procedimento é que se podem definir empiricamente as frequências dos itens em suas diferentes funções.

### 4 GÊNEROS TEXTUAIS

De acordo com o pensamento de Vitral (2006, p.162), dentro do *corpus* de cada período destacado para análise, deve-se optar pela maior diversidade possível<sup>8</sup> de gêneros. A questão frisada pelo autor é a de que cada gênero textual dá espaço a um ambiente semântico diferente que, como dito anteriormente, é um fator condicionante à gramaticalização.

<sup>8</sup> Vale lembrar que cada período histórico possui seu repertório de gêneros e que estes surgem, desaparecem e ressurgem conforme as atividades humanas. Os

A realização dos discursos exige determinados tipos de manifestações lingüísticas. As manifestações se organizam em *textos* orais ou escritos que podem ser identificados, de acordo com suas características formais e funcionais, como pertencentes a diferentes *gêneros textuais*, que são sempre determinados pelas *situações discursivas*. Esses três elementos se determinam mutuamente, simultaneamente.

Não se devem confundir *tipos* textuais e *gêneros* textuais. Marcuschi (2002) traz uma definição desses conceitos, de onde se depreende que *tipos* são classificações formais de textos e, os *gêneros*, funcionais:

Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica (MARCUSCHI, 2002, p.22-23, grifo do autor).

O autor explica que, enquanto os tipos textuais são poucos, os gêneros textuais são praticamente infinitos, pois são responsáveis por todas as funções sócio-comunicativas. Alguns exemplos de gêneros: carta comercial, carta pessoal, telefonema, romance, resenha, reportagem, entrevista, aula expositiva, manual de instruções de um eletrodoméstico, edital de licitação pública, formulário, etc.

O tipo textual é um conjunto de traços lingüísticos que formam as seqüências dentro de um texto. Assim, quando se classifica

---

*gêneros* se constroem e se reconstroem constantemente, nas práticas de linguagem de uma sociedade. Sobre o assunto, cf. Bronckart (2006).

um texto como argumentativo, não se está tratando do gênero e sim do tipo textual, isto é, do tipo de seqüência que predomina nesse texto. O texto é formado, portanto, por seqüências de tipos textuais. Os tipos listados por Werlich apud Marcuschi (2002, p.28) são apenas 5: argumentação, exposição, injunção, narração e descrição.

Destarte, um texto pertencente a um gênero poderá apresentar vários tipos textuais. O texto pode ser tipologicamente heterogêneo sem sair do rótulo de um único gênero, ou seja, mantendo sua função sócio-comunicativa sem que se configure um hibridismo de gêneros<sup>9</sup>. Num romance, por exemplo, há narração, descrição etc. e o texto continua sendo um romance.

Alguns gêneros, como as crônicas, parecem permitir mais facilmente o hibridismo; outros, mais rígidos, não abrem tanto espaço ao fenômeno. Certos gêneros pertencentes a instituições – como, por exemplo, uma petição entregue a um juiz – apresentam traços mais estáveis do que outros gêneros. O mais adequado, na verdade, é falar em graus de genericidade de textos. Um texto terá um maior grau de genericidade quanto mais se aproximar do protótipo, ou seja, apresentar mais características típicas do gênero em que se enquadra funcionalmente.

O que determina se um texto realmente “pertence” a um gênero ou a outro é a sua função social e comunicativa. Se o pesquisador conhece a função de um texto, poderá definir quais foram os prováveis critérios pragmáticos que nortearam sua produção e, a partir daí, observar suas características lingüísticas e formais<sup>10</sup>. Com base nessas informações, a constituição dos *corpora* poderá ser mais adequada.

---

<sup>9</sup> O hibridismo ocorre quando um texto apresenta características formais, ou seja, seqüências textuais típicas de um gênero x mas exerce as funções sócio-comunicativas de um gênero y. O hibridismo ocorre no nível do gênero e não no do tipo textual.

<sup>10</sup> Assim, textos que apresentem semelhantes objetivos podem ser classificados como pertencentes a um mesmo gênero. Questões de suporte, grau de formalidade,

O conceito matriz de gênero foi postulado por Bakhtin (2003 [1979], p. 262): combinações maleáveis das formas textuais, determinadas conforme a flexibilidade social. De acordo com esse teórico, a diversidade de tipos de atividades humanas conduz à variedade de tipos de produções verbais, ou seja, de gêneros:

[...] cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2003 [1979]), p.262, grifo do autor)<sup>11</sup>.

O autor reconhece a paridade entre a evolução dos gêneros e a história social, quando afirma que os gêneros: “[...] refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p.268).

Os gêneros estão atrelados às esferas de ação e interação social. Se a sociedade muda constantemente, os gêneros também se modificam, evoluem, adaptam-se, desmembram-se em outros, surgem e desaparecem conforme as necessidades comunicativas. Marcuschi (2005, p.17) constrói suas reflexões com base na fala de Bakhtin de que os gêneros são “relativamente estáveis”. Ele reconhece a dinamicidade dos gêneros e a impossibilidade de categorizações

---

interlocutores etc. também interferem na produção textual, principalmente nas escolhas lingüísticas, mas não chegam a ser definidoras do gênero. (Para uma discussão sobre suporte como definidor do gênero, cf. Marcuschi (2003).)

<sup>11</sup> Ao que Bakhtin chama de “gêneros do discurso” ou “gêneros discursivos”, equivale o que denominamos gêneros textuais.

duradouras porque o elemento constituinte primordial de um gênero é a linguagem e ela muda conforme a sociedade. Por outro lado, o autor não nega que os gêneros, por se tratarem de tipificações, impõem, em certa medida, restrições e padronizações que limitam o uso. Entretanto, não se deve perder de vista que a padronização, no caso, é apenas relativa e não inviabiliza a fluidez dos gêneros. Essa *estabilidade relativa* os transforma em modelos maleáveis, plásticos, adaptáveis, flexíveis, que levam à sua evolução através do tempo.

Exemplos clássicos de gêneros antigos se adaptando a novas realidades são os pares carta/e-mail e bilhete/mensagem por celular. É nitidamente visível uma interdependência entre os campos de atividades humanas e os gêneros textuais: pode-se descrever uma sociedade com base nos gêneros que ela utiliza e que, simultaneamente, a tornam possível.

O caráter evolutivo dos gêneros textuais acarreta dois problemas que devem ser observados na pesquisa diacrônica. O primeiro deles diz respeito ao conjunto de gêneros utilizados em cada época e, o outro, às funções que os usuários de cada época atribuíam a eles.

Cada período histórico apresenta seu repertório de gêneros de acordo com as atividades humanas realizadas. Muitas vezes não se encontram os mesmos gêneros em períodos distintos. Não seria possível, por exemplo, que um pesquisador estudasse a evolução de certo item lexical comparando textos jornalísticos escritos no Brasil desde o descobrimento até os dias de hoje, já que a imprensa no Brasil somente foi autorizada no século XIX, com o estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro.

O segundo problema é que, ainda que um mesmo gênero seja encontrado em diversos recortes históricos, sua função sócio-comunicativa pode não ser exatamente a mesma; por exemplo, o grau de formalidade atribuído a ele pode ter se abrandado ou intensificado com o decorrer das práticas sociais. Assim, as escolhas lingüísticas poderão ser, em cada época, influenciadas por critérios

diferentes, isto é, sob o mesmo rótulo, poderemos encontrar ambientes semânticos diferentes. O conceito que se tem de um gênero em uma determinada época não é necessariamente o mesmo em um período posterior. Isso reforça a importância da observação das funções comunicativas e sociais dos gêneros no momento de formação de *corpora*.

Como os gêneros não são formas puras e nem estáticas, as classificações não devem ser vistas como estanques, determinísticas. Ao contrário, devem refletir as práticas sociais, as atividades discursivas, as tecnologias e suportes disponíveis, e o momento cultural de maneira geral.

Retomando o pensamento de Vitral (2006, p.151), cada gênero constitui um ambiente semântico que dará preferência a certas formas lingüísticas em detrimento de outras. Sobre esse aspecto, Sardinha (2004, p.31) acrescenta que, segundo pesquisas, há “[...] evidências inequívocas de que conjuntos de traços lingüísticos variam sistematicamente com relação a textos típicos de contextos comunicativos específicos. Em outras palavras, a variação não é aleatória”. Uma forma comumente utilizada em um gênero característico de situações menos formais, como um bilhete a um amigo próximo, com quem se tem intimidade, pode não ocorrer em um texto que possua um caráter mais formal, como um acórdão, por exemplo. Por isso, quanto maior a variedade de gêneros recolhidos para uma pesquisa sobre gramaticalização, maiores as possibilidades semânticas de ocorrência – ou não – do item analisado em sua forma gramaticalizada ou em processo de gramaticalização.

É impossível, entretanto, listar exaustivamente quantos e quais gêneros existem em cada época, pois são inesgotáveis as possibilidades de atividades sociais. Seria metodologicamente inviável o recolhimento de todos os gêneros existentes para a formação do *corpus* de um período. A seleção dos gêneros deve, portanto ser cuidadosa para que não sejam escolhidos mais textos de gêneros formais do que informais, enfim, para que se componha um *corpus* equilibrado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pesquisa um fenômeno como a gramaticalização, parece ser mais eficiente que se busquem amostras do maior número possível de formas de desempenho lingüístico de cada época contemplada no estudo. Havendo mais variedade de gêneros, poderá haver mais ambientes semânticos que evidenciem o processo. Além disso, quanto mais gêneros forem utilizados em uma pesquisa, mais fiel será a imagem que se formará acerca da língua de um determinado período e, indiretamente, acerca das características sociais e culturais daquela época.

Para a organização de um *corpus*, deve-se considerar que gêneros que circulam em esferas de atividades mais formais privilegiarão formas de maior prestígio, e aqueles característicos de situações mais informais poderão dar espaço a usos menos valorizados e até estigmatizados.

Como exemplo, pode-se citar o uso imperativo da linguagem em receitas de bolo e em leis. Apesar de o objetivo dos dois gêneros ser o mesmo, isto é, conduzir o leitor a determinadas atitudes, o modo imperativo do verbo dificilmente ocorre no texto de uma lei<sup>12</sup> e, por outro lado, é bastante freqüente no caso de uma receita culinária, no item “modo de preparo”.

O gênero acaba por constituir uma tipificação da ação e das escolhas lingüísticas: o cuidado na seleção de *corpora* se faz crucial para que não se desequilibrem os dados, direcionando os resultados a conclusões pouco confiáveis.

A questão metodológica do uso mais abrangente e criterioso dos gêneros textuais na formação dos *corpora* de pesquisa sobre

<sup>12</sup> No caso de leis, em lugar do imperativo, opta-se pelo futuro ou pelo presente, ambos do modo indicativo. Exemplos: “Art 17 - Vencida na ação de separação judicial (art. 5º “caput”), voltará a mulher a usar o nome de solteira.” (BRASIL, 1977). “Art 23 - A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.796 do Código Civil.” (BRASIL, 1977).

gramaticalização e as limitações dessa abordagem merecem, sem dúvida, estudos mais aprofundados. Os ganhos não se limitarão apenas à pesquisa dos processos de gramaticalização, mas serão também refletidos nas descrições sincrônicas e diacrônicas da língua.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 4. ed. São Paulo: M. Fontes, 2003. Adendo, p. 261-306.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 4. ed. São Paulo: Huitec, 1988. 196p.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 6515 de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Capítulo 1, seção III, art 17. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm). Acesso em 13 out. 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 6515 de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Capítulo 1, seção IV, art 23. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm). Acesso em 13 out. 2007.
- BRONCKART, J. P. *Atividades de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. 258p.
- CASTILHO, A. T. A Gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*: Salvador, n.19, p. 25-64, mar, 1997.
- LEHMANN, C. Thoughts on Grammaticalization: a programmatic sketch. *Arbeiten des Kölner Universalien – Projekts*, Köln, v.1, 1982.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005. cap. 1, p. 17-34.
- MARCUSCHI, L. A. questão do suporte dos gêneros textuais. *Revista do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas UFPB*, João Pessoa, v. 1, n.1, p. 9-40, out. 2003.

- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. cap. 1, p. 19-36.
- MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (org.) *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. 316p.
- MENDES, R. B. *A gramaticalização de estar + gerúndio no Português*. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 1999. 110f.
- SARDINHA, T. B. *Lingüística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004. 410p.
- VITRAL, L. T. O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização. *Revista Scripta Lingüística e Filologia*, Belo Horizonte: PUC Minas, v.9, n.18, p. 149-177, 2006.
- VITRAL, L. T. A forma cê e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, FAL/UFMG, Belo Horizonte, v.1, n.4, p. 115-124, jan./jun. 1996.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006. 151p.